



Intervenção no Congresso da Confederação Europeia de Sindicatos Sevilha, 22 de Maio 2007

Caras e Caros companheiros

A UGT de Portugal apoia o programa de acção na defesa dum CES na ofensiva, com um sindicalismo de proposição e compromisso, numa Europa em que o progresso económico deve ir lado a lado com o progresso social.

Queremos um diálogo social mais forte a nível geral e sectorial e apesar dos importantes resultados alcançados, confrontamo-nos hoje com duas grandes dificuldades:

1º O facto de grande parte dos empregadores quererem políticas económicas europeias e recusarem dimensão europeia para as políticas sociais, remetendo estas somente para nível nacional. Tal atitude é inaceitável, tanto mais que a dimensão social foi, é e será certamente uma das bases fundamentais para o progresso da Europa e para a sua afirmação no quadro da globalização.

2ª A falta de empenhamento da Comissão e do Conselho Europeu nos avanços sociais. Com Jacques Delors a Comissão, cumprindo os Tratados, assumiu o seu papel de promotor e dinamizador do diálogo social europeu. Mas hoje a Comissão Europeia não assume a sua obrigação de avançar com Directivas Sociais nos casos em que não haja acordos no diálogo social, e assim não confrontando os empregadores europeus com a necessidade de negociar.

É fundamental que a Comissão e Conselho manifestem a sua vontade clara de revisão da Directiva do Tempo de Trabalho, de aprovação das Directivas sobre as Agências de

Colocação e a Portabilidade dos Fundos de Pensões e também de revisão e implementação de políticas de reforço da participação nas empresas europeias, de promoção da qualidade do emprego, de combate às discriminações de que são vítimas tantas e tantos trabalhadores, particularmente os imigrantes, e de promoção da igualdade de género.

Mas também temos que assumir, enquanto Confederações Sindicais Nacionais, uma maior determinação na transposição para os nossos Países dos acordos europeus e manter uma pressão permanente a nível nacional na defesa da Europa Social.

Exigimos respeito pelo direito à negociação colectiva a nível europeu e a nível nacional. Muito tem sido feito nos últimos anos, mas precisamos de cada vez mais:

- Garantir que todos os trabalhadores tenham efectivo direito à negociação colectiva, incluindo os trabalhadores hoje abrangidos por contratos atípicos;
- Promover a adaptabilidade negociada das condições de trabalho, no respeito pela conciliação entre a vida profissional e vida familiar;
- Combate a precariedade laboral;
- Lutar por efectivos avanços na regulação transnacional europeia, a nível da negociação e da greve.

Precisamos ainda de efectivos avanços na participação sindical na discussão das reestruturações, que evitem deslocalizações das multinacionais como as que estão a ocorrer com a Delphi, em Puerto Real (Espanha) e na Guarda (Portugal). E perante a actuação das multinacionais europeias, particularmente americanas, é importante uma grande cooperação com a Confederação Sindical Internacional, particularmente através do Conselho Regional Pan-Europeu.

O último Comité Executivo da CES aprovou uma Declaração sobre os Salários Mínimos, a Igualdade e as Negociações Colectivas.

Tal Declaração deve fazer parte integrante deste Programa de Acção.

Na maior parte dos nossos países os salários e as pensões têm uma participação cada vez menos no produto nacional e tem-se agravado as desigualdades sociais.

São hoje indispensáveis políticas de rendimentos diferentes com ganhos reais nos salários e nas pensões, por exigências de uma mais justa distribuição da riqueza criada, mas também porque por essa via se favorece o crescimento económico e a criação de mais postos de trabalho, num combate contra o insustentável nível de desemprego.

Todos os trabalhadores devem ter direito a um salário mínimo de acordo com as práticas nacionais e o aumento destes salários em percentagens superiores aos salários médios é condição indispensável para redução das desigualdades.

Como o afirma a Resolução a CES vai passar à ofensiva nas políticas salariais, em campanhas europeias e apoiando as campanhas nacionais.

Estas campanhas exigem um esforço acrescido de todos nós, tal como aconteceu na luta contra o projecto de Directiva Bolkstein e como continuaremos a fazer com a petição sobre os serviços públicos e de interesse geral.

As relações de trabalho, que queremos aprofundar e desenvolver, são componente fundamental de uma Europa Social e da dimensão social nacional.

Todos juntos vamos lutar por uma CES mais forte e lutar por uma Europa mais social.

Muito obrigado.

João Proença

Secretário Geral da UGT